

UMA HISTÓRIA DAS FILHAS DA CLASSE TRABALHADORA: Problematizações a partir das contribuições de Silvia Federici para desfazer gênero

Alana Andreia Pereira

Doutoranda do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUCSP.

Bolsista CAPES

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.*

alana.aap@gmail.com

*Simpósio Temático nº 35 – "RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO,
FEMINISMOS, RAÇA/ETNIA, SEXUALIDADES."*

RESUMO

Com o advento da agricultura e o sedentarismo, surge o excedente de produção. Pela primeira vez a comunidade vivenciou a condição de abundância, não tendo mais que lidar com as limitações de uma sociedade que sobrevive a cada dia para garantir a próxima refeição. Ao produzirem mais do que necessitam, trabalham menos e sobra capacidade de trabalho, ou melhor, excedente de produção. Faltam, contudo, elementos da particularidade enfrentada historicamente pelas mulheres. Nesse sentido, Silvia Federici faz contribuições inestimáveis para a luta por desfazer gênero como o conceito de politização do sexo, aspectos esses que pretendo problematizar neste artigo. Federici, contudo, apresenta e retoma em diversos trabalhos o que seria para ela um contraponto a leitura que faz sobre o pensamento de Karl Marx. Afirma a acumulação primitiva de capital não como precursora do capital, mas inerente à continuidade do sistema, análise essa que me parece coerente. Entre contribuições a serem ressaltadas, contudo, também pretendo sinalizar discordâncias a partir da leitura da obra marxiana, mais precisamente acerca do debate sobre a assim chamada acumulação primitiva, já que entende que Marx defende que a acumulação primitiva foi um aspecto precursor do capitalismo. Apresento a leitura marxiana, por outro lado, que entende que se trata de um processo que foi marcado por uma acumulação originária com formas específicas daquela quadra histórica, mas que é utilizado e revalidado com conteúdo diversos pela classe dominante sempre que necessário para a retomada de regulação de suas taxas de lucro.

Palavras-chave: Propriedade privada, Politização do sexo, Assim chamada acumulação primitiva, Classe dominante.

ABSTRAT

With the advent of agriculture and sedentary lifestyles, there is a surplus of production. For the first time, the community experienced the condition of abundance, no longer having to deal with the limitations of a society that survives each day to guarantee the next meal. When they produce more than they need, they work less and have work capacity left over, or rather, surplus production. However, elements of the particularity

historically faced by women are missing. In this sense, Silvia Federici makes invaluable contributions to the struggle to undo gender as the concept of the politicization of sex, aspects that I intend to discuss. Federici, however, presents and resumes in several works what would be for her a counterpoint to her reading of Karl Marx's thought. It affirms the primitive accumulation of capital not as a precursor of capital, but as inherent to the continuity of the system, an analysis that seems coherent to me. Among contributions, also intend to signal disagreements based on the reading of the Marxian work, more precisely about the debate on the so-called primitive accumulation, since he understands that Marx defends that primitive accumulation was a precursor aspect of capitalism. I present the Marxian reading, on the other hand, which understands that this is a process that was marked by an original accumulation with specific forms of that historical period, but which is used and revalidated with different content by the ruling class whenever necessary for the resumption of regulation of their profit rates.

Keywords: Private property, Politicization of sex, So-called primitive accumulation, Dominant class.

INTRODUÇÃO

O patriarcado foi se constituindo como forma hegemônica e majoritária de organização social, a partir do advento da agricultura que permitiu o sedentarismo às comunidades. Os homens, cada vez mais possuidores dos meios de produção e assumindo posições determinantes na vida política. As mulheres, cada vez mais voltadas para o trabalho reprodutivo e doméstico.

Mas, essa análise não pode ser feita de modo simplista, já que o projeto de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres se constituiu a partir do capitalismo, anteriormente, na sociedade de classes feudal as vidas das mulheres estavam nas mãos dos senhores, no capitalismo, suas vidas estão nas mãos de todos os homens.

Na obra “O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, originalmente publicado em 2004, Silvia Federici busca retomar historicamente e criticamente a condição de vida a que foi submetida a mulher nas sociedades de classes, aspectos esses que pretendo problematizar neste artigo a partir das contribuições da autora neste livro. Em o Ponto zero da revolução, retoma elementos centrais acerca da importância da superação dessa forma de sociedade, mas traz o “comum” como meio para essa superação. Propõe organizações em comunidades por fora das organizações capitalistas. Mas hoje, seria possível dizer que algum povo, povos originários, comunidades, ou

qualquer forma de organização social se veja livre e totalmente desconectada do sociometabolismo capitalista? Acredito que não.

ORIGENS DO PATRIARCADO E A MULHER NAS SOCIEDADES DE CLASSES

Com esse avanço, as sociedades foram se complexificando, avançando em suas relações sociais, com o aumento da capacidade produtiva, aumenta também a possibilidade reprodutiva, ou seja, a população aumenta. A necessidade de hereditariedade se fez presente e, concomitante, a necessidade de controlar as relações sexuais das mulheres.

Dentre as sociedades de classes, muitos povos foram, e são, dizimados para garantir a acumulação de excedentes. A escravidão dos povos vencidos pelas guerras por territórios foi uma estratégia determinante também para o acúmulo de excedentes, tanto pelo saque, como pelo sequestro de pessoas e apropriação das riquezas produzidas pelo trabalho escravo.

Nesta cena, as mulheres estupradas e suas proles passam a ser escravas sexuais e domésticas. Os homens foram historicamente destinados à produção material na agricultura, forja, pecuária, moedas de troca.

A complexificação das sociedades de classes leva ao desenvolvimento em alguns países do feudalismo, modelo em que os senhores feudais são a figura detentora de grandes extensões de terras e que, a partir do trabalho servil, obtém excedente de produção como impostos pelo uso e cultivo da terra.

A servidão se desenvolveu na Europa entre os séculos V e VII, em resposta ao desmoronamento do sistema escravagista sobre o qual se havia edificado a economia da Roma Imperial. Foi o resultado de dois fenômenos relacionados entre si. Por volta do século IV, nos territórios romanos e nos novos Estados germânicos, os senhores de terra se viram obrigados a conceder aos escravos o direito a possuir uma parcela de terra e uma família própria, com a finalidade de conter, assim, suas rebeliões e evitar sua fuga para o “mato”, onde comunidades autogovernadas começavam a organizar-se às margens do Império. Ao mesmo tempo, aos senhores de terra começaram a subjugar os camponeses livres que, arruinados pela expansão do trabalho escravo e, depois, pelas invasões germânicas, buscaram a proteção dos senhores, ainda que a custo de sua independência (FEDERICI, 2017, p. 47).

Nesse processo de ruína do escravagismo, os servos deixam de ser posse dos senhores. Cabe reconhecer que, embora suas vidas dependessem do *bel* prazer dos senhores, agora eles conseguiam acessar os meios para sua reprodução, além de diminuir as punições e os tratamentos animais, como queimaduras, coleiras etc.

Todavia, como sociedade de classes, havia muitas diferenças sociais, até mesmo nas aldeias medievais: havia os camponeses livres e aqueles que viviam sob o regime servil, havia os camponeses ricos e os pobres, como também os proprietários de terra e os sem-terra; além da desigualdade entre mulheres e homens.

Acerca da condição das mulheres servas deste período Federici considera que:

[...] as servas eram menos dependentes de seus parentes de sexo masculino, se diferenciavam menos delas física, social e psicologicamente e *estavam menos subordinadas a suas necessidades do que logo estariam as mulheres “livres” na sociedade capitalista* (FEDERICI, 2017, p. 51, grifos meus).

Na servidão, prevalecia a autoridade do senhor feudal. Em alguns feudos os senhores reivindicavam, por exemplo, o direito da primeira noite com a mulher que se casava, direito a noite de núpcias. GENERALIZAÇÕES, SEM ASPECTOS PARTICULARES,

A limitação da autoridade dos servos homens sobre suas parentas também pode ser identificada no fato de que as mulheres trabalhavam nas terras e podiam dispor de sua produção. As mulheres viviam em cooperação, o que garantia a sua sociabilidade, além disso, as relações coletivas se sobrepunham aos familiares. Segundo Federici,

As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas *não* eram desvalorizadas e *não* supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho (FEDERICI, 2017, pp. 52-53, grifos meus).

As mulheres se solidarizavam, o que garantia resistência, ainda que a Igreja garantisse o direito do marido a cometer violência doméstica contra sua companheira.

As experiências dos feudos dependiam do uso da força, haja vista que as experiências camponesas garantiram um potencial político e ideológico, que deu vazão a movimentos de reivindicação que entoavam que “a terra é de quem a trabalha”. Essa questão gerou inúmeras medidas, dentre elas a de maior relevância – por ter sido o início

da ruína do regime feudal – foi a substituição dos serviços laborais por um pagamento em dinheiro (FEDERICI, 2017).

Essa medida beneficiou os camponeses abastados, mas prejudicou indubitavelmente os mais pobres, que perdiam o pouco que tinham por empréstimos para pagar impostos e investir em suas pequenas propriedades, o que gerou dívidas e a perda de suas terras. Com o tempo as diferenças de rendimentos começam a dividir o campesinato, minando as suas lutas e mobilizações unitárias.

As mulheres, mais uma vez, perderam, pois, a terra era entregue aos homens e passada entre a linhagem masculina. Se antes ainda existiam casos de mulheres herdeiras, agora, ainda que houvesse uma filha para herdar a terra, ela era passada para um homem de parentesco mais próximo ao patriarca, como sobrinhos. Esse fato fez com que as mulheres camponesas tomassem a frente do movimento de êxodo do campo em fins do século XIII (FEDERICI, 2017).

Esse é um marco para o conhecido patriarcado da miséria, pois, com o êxodo do campo, as mulheres se tornam contingentes numerosos nas cidades. A essas mulheres eram destinadas vagas nos trabalhos mal pagos, como servas, fiandeiras, prostitutas, etc.

Entretanto, de acordo com Federici,

[...] a vida nos centros urbanos, entre a parte mais combativa da população medieval, dava-lhes uma nova autonomia social. As leis das cidades não libertavam as mulheres; poucas podiam arcar com os custos da “liberdade cidadina”, como eram chamados os privilégios ligados à vida na cidade. Porém, na cidade, a subordinação das mulheres à tutela masculina era menor, pois agora podiam viver sozinhas ou como chefes de família com seus filhos, ou podiam formar novas comunidades, frequentemente compartilhando moradia com outras mulheres. Embora geralmente fossem os membros mais pobres da sociedade urbana, com o tempo as mulheres ganharam acesso a muitas ocupações que posteriormente seriam consideradas trabalhos masculinos. [...] Algumas guildas, incluindo a da indústria da seda eram controladas por elas; em outras a porcentagem de trabalho feminino era tão alta quanto a dos homens (FEDERICI, 2017, pp. 63-64).

No século XIV também foram encontradas experiências de mulheres professoras, médicas e cirurgiãs. Essas experiências de independência feminina geraram na virada do século reações misóginas, incluindo sermões disciplinares por parte da Igreja.

As experiências dos movimentos milenaristas e heréticos provam que todo esse processo não foi vivenciado sem resistência. Esses movimentos compostos por

prostitutas, padres afastados do sacerdócio e trabalhadores urbanos e rurais foram tentativas conscientes antifeudais em busca de uma nova forma de sociabilidade.

A ameaça que as doutrinas sexuais dos hereges representavam para a ortodoxia também deve ser levada em conta no contexto dos esforços realizados pela Igreja para estabelecer um controle sobre o matrimônio e a sexualidade que lhe permitia colocar a todos – do imperador até o mais pobre camponês – sob seu escrutínio disciplinar (FEDERICI, 2017, p. 79).

Com os altos custos de vida e as restrições para acesso às guildas e à terra, as/os trabalhadoras/es se depararam com a necessidade de realizar certo controle do número de filhos que poderiam sustentar, restringindo-se a casar e ter filhos em idade mais adulta. Os jovens eram disciplinados à abstinência sexual, o sexo era destinado à procriação. Fatos que levaram os pobres a práticas como infanticídio, abortos e sexo anal. Com a queda do número de pessoas, foi realizado certo controle medieval de natalidade.

Neste contexto a “sodomia” (sexo anal), o infanticídio e o aborto se tornaram crimes; o sexo fora do casamento e que não era voltado para a procriação eram heresias. FEDERICI (2017, grifos meus) infere que esse processo é traduzido como *politização do sexo*, tendo início no século IV, quando o cristianismo foi adotado como religião estatal, sendo intensificado no século XII com um verdadeiro catecismo sexual.

A Igreja com o aval do Estado capitalista identificava como sagrado evitar mulheres e o sexo, a sexualidade era motivo de vergonha, a homossexualidade foi condenada pela primeira vez.

FEDERICI (2017) elucida, contudo, que no século XII a politização da sexualidade chega ao auge, quando além da Igreja fiscalizar os dormitórios das famílias, agora a sexualidade se tornara uma questão de Estado.

Os hereges, em oposição a essas investidas, defendiam que Deus está em todos, sendo impossível qualquer ser humano pecar. Mulheres e homens hereges viviam juntos livremente sem serem casados, havia comunidades de mulheres. Entre os hereges as mulheres podiam ministrar sacramentos e ascender dentro da ordem.

As mulheres na Alta Idade Média controlavam suas gestações através de poções para esterilidade. A Igreja era clemente e misericordiosa com as mulheres pobres, já que não tinham condições de sustentar muitos filhos. Fato este que mudou drasticamente na Europa com a peste negra e a queda brusca do contingente populacional, que ameaçou a estabilidade econômica e social.

Entre os séculos XIV e XV as intervenções estatais foram intensificadas, culminando na total desmobilização dos movimentos que surgiram na luta antifeudal. A política sexual sob os ditames estatais na França, por exemplo, descriminalizou o estupro de mulheres pobres, o que para os homens representou uma espécie de “consolo”, já que não conseguiam se casar por suas condições financeiras ou por serem jovens – nos casos de jovens de famílias ricas. O estupro coletivo neste período era comum, e as mulheres vítimas dessas ações tinham sua reputação destruída. Além disso, a prostituição foi institucionalizada, gerida pelo Estado como medida de contenção da juventude do sexo masculino. De acordo com as pesquisas de Federici,

A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período. Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV; pela primeira vez, a Inquisição registrou a existência de uma heresia e de uma seita de adoradores do demônio completamente feminina (FEDERICI, 2017, p. 104).

A política sexual foi forjada por uma aliança entre cristianismo e Estado capitalista em prol da desarticulação da classe trabalhadora. A legalização da violência contra as mulheres trabalhadoras foi a moeda de troca para o apassivamento dos homens da classe trabalhadora. Esse processo de inferiorização e violência contra as mulheres da classe trabalhadora deu origem ao que chamo de patriarcado da miséria, composto pela feminilização da pobreza e feminilização da violência, já que as filhas da classe trabalhadora se veem na condição de explorada do explorado.

Se, anteriormente as mulheres conseguiam se organizar e serem solidárias umas com as outras, se organizando e até atingindo espaços de trabalho que garantissem sua subsistência, a partir deste momento essas relações sociais vão ruindo.

O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos [...], foi a escravização das mulheres à procriação. [...] a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista. [...] o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação [...] (FEDERICI, 2017, p. 178).

Nesse sentido, a procriação se tornou uma forma de exploração das mulheres da classe trabalhadora, forçadas a procriar as filhas e filhos para o Estado capitalista, em

grande medida, para repor os contingentes de trabalhadores e controlar os valores de salários pelo número de força de trabalho disponível no mercado. Em contrapartida, a recusa das mulheres a se tornarem mulher-mãe, ao casamento e ao trabalho doméstico pode e deve ser considerado uma forma de resistência a essa exploração.

Conjuntamente com esse processo temos a desvalorização do trabalho feminino, no qual todo e qualquer trabalho realizado por mulheres foi e é considerado não trabalho, como se não possuísse valor. Ainda que as mulheres realizassem os mesmos trabalhos que seus maridos, por exemplo, confeccionando sapatos em casa, o marido era considerado trabalhador e recebia o salário por seu trabalho e por aquilo que a mulher havia produzido.

De acordo com as pesquisas de Federici, a desarticulação da classe trabalhadora no período se tornava cada vez mais aguda, pois,

[...] a discriminação sofrida pelas mulheres como mão de obra remunerada esteve diretamente relacionada à sua função como trabalhadoras não assalariadas do lar. Dessa forma, podemos relacionar a proibição da prostituição e a expulsão das mulheres do espaço de trabalho organizado com a aparição da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a produção da força de trabalho. [...] A resposta aqui é que um importante fator de desvalorização do trabalho feminino foi a campanha levada a cabo por artesãos, a partir do final do século XV, com o propósito de excluir as trabalhadoras de suas oficinas, supostamente para protegerem-se dos ataques dos comerciantes capitalistas que empregavam mulheres a preços menores (FEDERICI, 2017, p. 188).

Essa relação de controle se torna mais complexa a partir da noção de propriedade privada instaurada, restringir o sexo da mulher ao aspecto reprodutivo com apenas um parceiro e a poligamia para os homens obviamente encontrou resistência, paulatinamente essa relação social sexual vai se revelando na sua forma violenta em que o patriarca é proprietário da mulher e dos filhos.

Segundo Federici (2017), esse processo fundou uma nova divisão sexual do trabalho, um novo contrato sexual, em que a perda da terra pelos trabalhadores homens deu lugar ao acesso ao corpo das mulheres como bem comum, dependente dos homens e de seus empregadores. Neste contexto, o trabalho das mulheres, considerado como não trabalho, era tido como um recurso natural como a água e o ar.

Ao comparar a condição das mulheres no capitalismo com a condição dos recursos naturais, a autora vai ao ponto nevrálgico da questão da opressão das mulheres no

capitalismo, contudo, carece de mediações quanto a desarticulação das lutas no interior da classe trabalhadora, me parece genérico demais dizer que no lugar da terra, foi ofertado aos homens os corpos das mulheres. Considerando que nem todos os países viveram o feudalismo, considerando ainda que, com o fim do feudalismo, o poder político pela posse das terras foi se deteriorando.

Ademais, a autora toma somente o exemplo da França para universalizar tal aspecto que, não deixa de ser um fato, mas que não ocorre da mesma forma no resto do mundo, afinal, a França não é o mundo. O Europeu, não é modelo de humanidade, embora o eurocentrismo, algumas formas de racismo, neocolonialistas e imperialismo, desejem ardentemente retomar a ideia do “branco” como humano, signo de tudo que é “bom” e do negro como seu antípoda, ou seja, um conjunto de tudo aquilo que se repudia na humanidade, como a violência.

Assim, constituem-se as bases de dominação/opressão do patriarcado que garantem ao homem a posse da herança, da mulher, dos filhos, dos meios de produção, do excedente de produção, dos sobreviventes capturados em guerra e escravizados.

A inferiorização de tudo aquilo que é construído como feminino advém desse processo, que valoriza o trabalho destinado socialmente aos homens por gerar excedente e não valoriza o trabalho reprodutivo destinado às mulheres, necessariamente por não gerar valor diretamente.

Examinar as origens do patriarcado pelo viés feminista classista, antirracista e anti-LGBTQIA+fóbico exige aprofundar o debate acerca das mudanças imputadas à condição de vida dos sujeitos do sexo feminino, a partir da acumulação de excedente, que denotou uma posição social para as mulheres e um papel específico na produção da força de trabalho – no sentido de papel reprodutivo. Surge uma nova ordem patriarcal por meio da apropriação originária dos homens sobre o trabalho feminino. Essa apropriação originária se desenvolve e se ressignifica segundo as necessidades do capital de manutenção e controle da classe trabalhadora. Aspectos estes que passo agora a tratar.

Sobre a condição das mulheres escravas, Federici (2017) contrapõe à noção de igualdade, que aparece em muitas obras, ao explicar que as mulheres escravas nunca foram tratadas como iguais, elas recebiam menos alimento, estavam suscetíveis a sofrer violência sexual dos senhores, e também eram vítimas de violência física e humilhação sexual. Além de terem seus filhos arrancados de seus braços sempre e quando o senhor decidisse. Segundo Federici,

O destino das mulheres na Europa e dos ameríndios e africanos nas colônias estavam tão conectados que suas influências foram recíprocas. A caça às bruxas e as acusações de adoção ao demônio foram levadas à América para romper as resistências das populações locais, justificando assim a colonização e o tráfico de escravos ante os olhos do mundo (FEDERICI, 2017, p. 357).

O genocídio de mulheres trabalhadoras, indígenas, negras e negros escravizados estava totalmente imbricado. A falsa consciência acerca da realidade criada em prol da expansão capitalista da época propagava a ideologia da bruxaria e do racismo. No caso das mulheres, conforme traduzido acima, definidas das mais diversas formas como adoradoras do diabo sempre e quando fossem contra a ordem imposta.

No caso das negras e negros traficados e escravizados, eram transformados em diabos ou adoradores de demônios. Populações inteiras Africanas eram rotuladas pelos ingleses como influenciadas pelo diabo. Além disso, a figura do demônio estava constantemente retratada como desejo e potência sexual fora do considerado normal pelo catolicismo. A população indígena foi alvo das tentativas de catecismo europeia, quando apresentavam resistência, eram também dizimados sob a desculpa de que eram canibais e/ou adoradores de demônios (FEDERICI, 2017)¹.

Tal associação remeteu às negras e aos negros figuras exageradamente sexualizadas – no sentido da politização do sexo –, ou seja, eram vistos como bruxas e demônios.

A definição da negritude e da feminilidade como marcas da bestialidade e da irracionalidade correspondia à exclusão das mulheres na Europa – assim como das mulheres e dos homens nas colônias – do contrato social implícito no salário, com a consequente naturalização de sua exploração (FEDERICI, 2017, p. 360).

A exclusão das mulheres na Europa e das mulheres e homens nas colônias é retratada de forma correspondente pela autora, embora seja um grande mérito de Federici relacionar esses elementos como imbricados para a garantia da acumulação originária do capital naquele período, acredito que seja crucial considerar que, enquanto na Europa se justificava a caça às bruxas e toda a violência contra os hereges aos próprios europeus, aqui os europeus dominavam e não precisavam justificar a ninguém, o que abre brechas para maiores níveis de atrocidades.

A condição de vida da classe trabalhadora europeia, assim como a condição das mulheres europeias, só foi menos violenta e com melhores acessos a partir da

superexploração orquestrada nas colônias, violências essas justificadas para os delitos dos “europeus de bem” – no sentido de que seguiam os ditames da igreja e do Estado capitalista –, nas colônias me parece que a vala é cavada de forma mais profunda.

Concordo com as análises de Federici (2017) quando avalia que neste cenário o diabo mais parecia servo de Deus, já que a luta contra ele trouxe ordem e reafirmou a figura desta divindade católica como soberana. Ao abrir caminho para a ciência metafísica, logo Deus se esvai e deixa que a forma da ciência burguesa reine soberana. O Estado capitalista assume a postura de juízo, identificando crimes e punindo. A bruxaria e as crenças diabólicas foram remetidas a falácias e ao imaginário do povo irracional. Mas, ao se assustar, a burguesia torna a lançar mão de armas sobrenaturais, como no caso das mulheres trabalhadoras em luta na Comuna de Paris que eram acusadas de serem incendiárias, mito criado na época para justificar o extermínio de mulheres trabalhadoras pelo simples fato de caminharem pelas ruas com baldes².

Da caça às bruxas na Europa ao racismo,

De fato, no século XVIII, a bruxa estava se convertendo em uma praticante africana do *obeah*, um ritual que os colonos temiam e demonizavam por considera-lo uma incitação à rebelião. No entanto, a abolição da escravidão não pressupõe a desaparecimento da caça às bruxas do repertório da burguesia. Pelo contrário, a expansão global do capitalismo, por meio da colonização e da cristianização, assegurou que esta perseguição fosse implantada no corpo das sociedades colonizadas e, com o tempo, posta em prática pelas comunidades subjugadas em seu próprio nome e contra seus próprios membros (FEDERICI, 2017, p. 414).

No capitalismo não houve ruptura, mas acentuação do patriarcado aos moldes do capital e do racismo, que é reinventado para sustentação do projeto de extermínio e dominação nas colônias.

O racismo se desenvolveu também nos países que estavam implicados no comércio de escravos, como a África, que promoveu caça às bruxas, em grande medida, ocasionada pelas disputadas por recursos naturais, provocados pela extração Europeia de recursos.

Entre as décadas de 80 e 90 a escassez foi aprofundada pelo neoliberalismo, países como Nigéria, África do Sul, Quênia e Camarões registraram casos de mulheres acusadas de bruxaria e queimadas. No Brasil também houve o registro de casos no mesmo período. A caça às bruxas pode tanto ser “orquestrada de cima para baixo, como uma forma de criminalização da resistência à expropriação, ou de baixo para cima, como um meio para

se apropriar dos recursos cada vez mais escassos, como parece ser o caso de alguns lugares na África atualmente” (FEDERICI, 2017, p. 418).

Esses eventos foram reflexo de mais um processo da assim chamada “acumulação primitiva”, o que demonstra, a meu ver, que se traduzem em formas de destruição da classe trabalhadora que nunca deixaram de fazer parte da agenda do sistema capitalista. O neoliberalismo é apenas a face contemporânea do capitalismo financeirizado, não qualquer face, mas a face da miséria do patriarcado, ou melhor, da própria miséria ideológica de patriarcado, quando se trata de sua necessidade de queimar força de trabalho em prol de garantir a acumulação e os lucros, vale reviver qualquer atrocidade.

A afluência de recursos da América para a Europa foi a gênese de uma nova divisão internacional do trabalho, que culminou em uma forma de fragmentação da classe trabalhadora mundial. O que para a classe trabalhadora europeia garantiu determinadas formas de acessos menos precarizados, para as Américas significou a justificativa da escravidão e do genocídio da classe trabalhadora.

O racismo se desenvolveu a partir da escravidão e não o contrário, no Brasil, com o trabalho “livre” assalariado, houve uma complexificação da sociedade, a população nativa não negra e os imigrantes europeus acessaram oportunidades de trabalho, já o segmento de negras e negros ficou com postos de trabalho inferiores ou rejeitados por aqueles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas análises remetem ao reflexo de mais um processo da assim chamada “acumulação primitiva”, desde o processo de “acumulação originária”, mas que não se esgota nesse marco histórico de expansão do capital que, se traduzem em formas de destruição da classe trabalhadora que nunca deixaram de fazer parte da agenda do sistema capitalista.

O neoliberalismo, nesse sentido, é apenas a face contemporânea do capitalismo financeirizado, não qualquer face, mas a que se pode traduzir como miséria do patriarcado, ou melhor, da própria miséria ideológica de patriarcado, quando se trata de sua necessidade de queimar força de trabalho em *prol* de garantir a acumulação e os

lucros, vale reviver qualquer atrocidade, descolado de qualquer compromisso com a realidade e base material.

Acerca da assim chamada “acumulação primitiva” Federici (2017) na obra aqui trabalhada, pretende apresentar um contraponto ao que ela compreendeu em sua leitura como pensamento de Karl Marx sobre tal categoria, ao afirmar que a “acumulação primitiva” não é um aspecto precursor do capitalismo, mas que se trata de um processo intrínseco a continuidade do sistema.

Contrariando essa compreensão das análises da autora, identifico que o autor defende esse processo como intrínseco a continuidade do sistema. Para tanto, recorro a célebre obra do Karl Marx, no Capítulo 24 da obra O capital, livro I. O autor defende a inexistência da, assim chamada – pela burguesia -, acumulação primitiva, ou seja, logo de início o autor se posiciona ao não concordar com a “acumulação primitiva” como algo restrito a um período histórico de expansão do capital, mas como um processo do qual a burguesia lança mão a todo e qualquer momento em que julgar necessário para garantir seu processo de acumulação (MARX, 2013).

Marx (2013) está preocupado em refutar a ideologia burguesa que propaga a ideia de que as riquezas acumuladas foram possíveis para aqueles que economizaram e trabalharam arduamente, sendo que os demais teriam sido incapazes, sob o jugo da figura do preguiçoso e vadio. O autor contrapõe esta ideia, referindo que, a burguesia lança mão das estratégias de “acumulação primitiva” sempre e quando julga necessário para ela aumentar a extração de valor e de mais-valor dos países de capitalismo periférico.

As mesmas estratégias de acumulação de capital que fortaleceram a burguesia em sua acumulação originária para derrubar as monarquias e o feudalismo como modelos econômicos, como os saques, o racismo, a miséria do patriarcado sob os moldes do capital e o extermínio dos povos originários de África, da América Latina e da Ásia, ainda hoje são formas contemporâneas de extração de riquezas pela exploração e expropriação da classe trabalhadora a nível mundial pela classe dominante imperialista.

Contudo, a grande questão que Federici (2017) parece divergir de Marx (2013) é no entendimento do marco inicial desse processo “ a assim chamada acumulação primitiva” intrínseca para ambos no processo de continuidade do sistema, mas que para Federici não é precursor ao capital.

Para Marx, assim como para Engels (2010), por suas leituras da dialética e estrutura da história, a gênese estaria nas sociedades de classes que, com a formação de

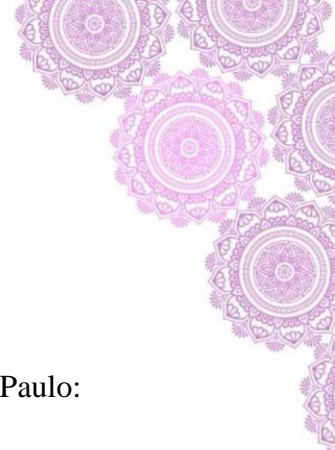
excedente econômico buscou respostas para novas necessidades, o que os fez transcender o feudalismo e as monarquias a partir das Revoluções burguesas. A burguesia não surge como capitalismo, mas o capital e o capitalismo surgem com a burguesia. Afinal, as formas mais complexas tendem a ofertar mais explicações das formas menos complexas e não o inverso.

O que leva a referendar as defesas de Marx é justamente sua interpretação dialética e concreta da história, considerando que, a burguesia não era classe dominante nas sociedades de classes precursoras ao capitalismo, mas existia antes do capitalismo.

O estranhamento gerado na produção de excedente econômico a partir da exploração do trabalho, é algo precursor ao capitalismo como sistema hegemônico, que paulatinamente foi se desenvolvendo por meio do escambo, dando origem ao capitalismo mercantil.

O capitalismo, por sua vez, se hegemoniza a partir da tomada dos meios de produção dos artesãos e artesãs, trabalhadoras/es da época que, ao venderem suas forças de trabalho alienam-se da mercadoria por eles produzida, de tal forma que, esta última retorna sob a forma fantasmagórica que, as/os domina, desde o processo de estranhamento que ganha novos contornos no capitalismo configurando a alienação, assim como em todo e qualquer momento de risco de crise para o capital, ou melhor, de queda das taxas de lucros, mecanismos de acumulação primitiva são retomados, seja pela produção privilegiando a extração de mais-valia absoluta do que relata, seja por formas de endividamento de países, missões militares de “paz”, instalação de bases militares em países com recursos naturais a serem explorados ou com algum produto ou território de interesse comercial, como também pelo trabalho de reprodução social não pago, mas também remete sim a colonização e invasão de países, aos saques das colônias, as opressões das mulheres negras escravizadas, assim como a escravização de pessoas para acúmulo de valor.

Portanto, não se trata de um processo com marco pontual, nem de gênese no capitalismo, mas algo que precede o capitalismo, que ocorreu nas sociedades de classes, mas que obviamente, no capitalismo ganhou novos contornos necessários para que fossem atingidos os objetivos de acumulação e que sejam aceitos pela moral vigente pelo *ethos* burguês.



CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FEDERICI, S. **O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. SP: Elefante, 2017.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**. Livro 1. Capítulo VI (Inédito). 1ª edição. São Paulo: Livraria Editora Humanas LTDA, 1978.

¹ A experiência pan-andina foi uma das maiores formas de resistência a colonização da época, marcando a associação entre povos até mesmo inimigos, mas que se reconheceram como índios do Perú, da Bolívia.

² As *pétroleuses* foram mulheres trabalhadoras que lutavam junto aos homens trabalhadores na Comuna de Paris, eram as mulheres *communards*, uma das formas de luta era encher baldes com querosene e atear fogo em lugares estratégicos. A burguesia parisiense da época, contudo, criou o mito das *pétroleuses* para que toda e qualquer mulher trabalhadora pudesse ser perseguida e exterminada, identificando-as por suas vestes de trabalhadora e por estarem carregando consigo algo como um balde.